

# INAUGURAÇÃO DO LAR RESIDENCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA MADALENA

Madalena, 18 de maio de 2016

## *Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro*

Gostava de partilhar convosco três ideias apenas, de forma rápida, mas que julgo que dão bem nota da importância deste momento que estamos a viver hoje aqui.

A primeira dessas notas é o gosto e a satisfação que tenho em partilhar convosco esta cerimónia de inauguração do primeiro Lar Residencial para pessoas com necessidades especiais que se faz aqui na ilha do Pico.

É um gosto muito grande, não apenas porque é um investimento apoiado pelo Governo - e fizemo-lo com muito gosto -, mas sobretudo porque a concretização deste investimento acaba por dar expressão prática a uma ideia que tenho defendido em muitos sítios e que hoje acaba por ganhar novo ânimo e nova vida.

A ideia pela qual o atual Governo dos Açores se tentou conduzir ao longo deste mandato, num esforço, sobretudo numa conjuntura particularmente desafiante, para não deixar ninguém para trás.

Não deixar ninguém para trás não tem apenas a ver com a situação económica, não tem a ver apenas com os desafios que se levantam ao nível do emprego, ao nível da dinamização da nossa economia.

Não deixar ninguém para trás tem, sobretudo, a ver com aqueles que, na nossa sociedade, estão numa posição de maior fragilidade e que contam, também, com as entidades públicas para ajudar a garantir um melhor futuro.

O Governo dos Açores, com muito gosto e com muita honra, assume a sua quota-parte de responsabilidade na concretização deste investimento, dando assim, também, condições à Santa Casa da Misericórdia da Madalena para que possa, reformulando estas instalações, colocá-las ao serviço daqueles que delas necessitam.

A segunda ideia tem a ver com algo que, por vezes, se refere, que não é de forma nenhuma algo difícil de se compreender e que tem a ver com a coesão.

Ter uma infraestrutura deste tipo aqui, na Madalena, como em qualquer das nossas ilhas, é uma maneira de promover a coesão, porque é dizer que, aqui no Pico, este tipo de infraestruturas também existe com igual qualidade do que existe noutras ilhas.

Desta forma, pretendemos garantir um testemunho de que esta é, também, uma ilha em que se reúnem as condições para uma vivência plena de cidadania, sobretudo nos casos em que essa cidadania exige cuidados especiais para ser devidamente concretizada, para ser devidamente realizada.

É com gosto, com honra, com muito orgulho que assumimos este compromisso aqui na ilha do Pico, não apenas na Madalena, mas também noutras localidades da ilha, noutras valências, noutras infraestruturas de apoio social, dando assim testemunho desta aposta e deste cumprimento de compromisso.

Isso é feito também com um conjunto de outras medidas, naturalmente exigindo também um esforço de investimento que fazemos dentro daquela que é a nossa realidade, mas fazemos de forma muito consciente e que resulta deste compromisso de ter uma atenção e um cuidado especial em relação àqueles que, entre os nossos concidadãos, têm necessidades especiais.

Ao longo desta legislatura, reforçámos em cerca de 20 por cento o montante de investimento público dirigido a esta área dos Açorianos com necessidades especiais. Fizemo-lo através de um reforço de investimento que permitiu criar respostas para cerca de duas centenas de Açorianos, em ilhas como São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge e aqui no Pico.

Afirmar isto não quer dizer que entendamos que está tudo feito, não quer dizer que entendamos que o que já está feito exigiu um volume de investimento significativo. Não! Quer dizer apenas esta forma que temos de expressar a assunção da nossa parte e entendemos que essa deve ser também uma responsabilidade das entidades públicas, dos governos, desde logo, de assegurar este cuidado e assegurar, no fundo, a criação das condições que possam servir estes Açorianos com necessidades especiais.

A terceira ideia que gostava de referir, tem a ver com o enaltecimento desta parceria que, quotidianamente, se estabelece entre entidades públicas e entidades privadas, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Já disse noutras circunstâncias que o Governo pode criar muitos apoios, pode investir e apoiar muitas instituições, mas se não houver aquelas pessoas que, no dia-a-dia, de manhã à noite, garantem que essa intenção é realmente concretizada - estou a falar, no caso concreto, dos colaboradores da Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico - nós não conseguíamos fazer isso.

E, portanto, a parceria estabelece-se também com todos aqueles que, de uma forma ou de outra, acabam por colaborar nesta magnífica tarefa de dar melhores condições àqueles que estão numa situação de maior fragilidade.

Enalteço e presto público reconhecimento a esse trabalho e a essa parceria porque é ela a verdadeira força de sermos, efetivamente, uma Região solidária, uma Região que acode aos seus, uma Região que, fruto desta parceria entre diversas instituições, acaba por dar o devido acompanhamento e o apoio, até ao limite das nossas competências e dos nossos recursos, àqueles que necessitam desse apoio. Aqui fica, pois, a minha homenagem e o meu reconhecimento público.

Não posso terminar esta intervenção sem também fazer uma referência à parceria e à colaboração que, nesse âmbito, foi proporcionada pelo Fundo Rainha D. Leonor. É um elogio e gostava que entendessem dessa forma. Oxalá que muitas outras instituições a nível nacional demonstrassem este entendimento em relação àquela que é uma realidade

muito diversa do nosso País. Oxalá que compreendessem que, aqui nos Açores, também somos portugueses e dá-nos gosto ver este reconhecimento.

O exemplo que o Fundo Rainha D. Leonor e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, desde logo na pessoa do seu Provedor, Dr. Pedro Santana Lopes, dão com o apoio que foi atribuído a esta intervenção, só tenho que fazer votos de que se replique em muitas outras situações.

E não poderia concluir esta intervenção sem dar nota de que é mais um exemplo desta parceria, desta dinâmica que se gera, em que cada um tenta cumprir bem a sua parte, da parte das entidades públicas, da parte das entidades privadas, que acabam por se conduzir por este objetivo comum.

Mesmo para terminar, queria apenas dirigir uma saudação especial e os votos de muitas felicidades àqueles que vão, não apenas utilizar, podem não ser todos, mas que no fundo, veem este investimento como algo que vos é dirigido.

Este não é o Lar da Santa Casa, nem do Governo, isto é a vossa casa, foi para vós que ela foi feita, foi para vós que este investimento foi feito e, portanto, os meus sinceros parabéns e as maiores felicidades.